

DIA 13

Câmara realiza **Seminário sobre Marco Legal** do Terceiro Setor

>> **Marcos Figueiró**

Assessoria de Imprensa

Sílvio Somavilla (PDT) está convidando a comunidade tangaraense para o seminário sobre o terceiro setor e questão ambiental, que será realizado pela Câmara Municipal de Tangará da Serra no próximo dia 13 de junho. O seminário terá como tema “Marco Legal do Terceiro Setor e Questão Social e Ambiental no Agronegócio”, e terá como palestrante o renomado especialista no assunto, Takashi Yamauchi – que é coordenador técnico do Centro de Estudo e Difusão

do Terceiro Setor, um departamento do Instituto de Fomento e Apoio ao Terceiro Setor.

“O seminário tem como objetivo expor as formas de atuação das instituições do terceiro setor junto ao poder público em função do marco legal e aos gestores sobre a responsabilidade social e ambiental”, conta o presidente da Câmara, vereador Sílvio Somavilla, ao explicar que o seminário é voltado aos interessados em Terceiro Setor, das áreas de Direito, Contabilidade, Meio Ambiente e Agricultura para, além de associações, cooperativas, igrejas, comunidades que possuem per-

sonalidade jurídica e de utilidade pública.

TAKASHI YAMAUCHI - Com 40 anos de atuação, o Takashi Yamauchi é referência mundial em atuações como: montagem de entidades do Terceiro Setor com ênfase para desenvolvimento econômico e social; Elaboração de projetos de desenvolvimento econômico em municípios; Assistência às instituições do terceiro setor; e assessoria para orientação para elaboração de balanço social e ambiental junto às organizações públicas, privadas e de terceiro setor. (Com informações: portaldoholanda.com.br).



Vereador Sílvio Somavilla convida a comunidade para participar do evento

TAQUES



Informação foi confirmada pelo secretário Paulo Taques

Secretário: Governador não está preocupado com desgaste de imagem

>> **Mídia News**

O secretário-chefe da Casa Civil, Paulo Taques, afirmou que o governador Pedro Taques (PSDB) não está preocupado com um eventual desgaste em sua imagem por conta da disputa em torno do pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores públicos.

Prova disso, segundo ele, é que o Estado tem tomado decisões vistas como “impopulares”, entre elas a proposta de pagamento de 6% da reposição e não os 11,27%, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de janeiro a dezembro de 2015. “Preocupação com desgaste, com certeza,

não é nossa prioridade, porque senão o governador Pedro Taques não estaria tomando as medidas que tem tomado”, resumiu.

Segundo Paulo Taques, as ações adotadas são necessárias para garantir o equilíbrio econômico do Estado. Em sua avaliação, mesmo diante das decisões, o governador ainda continua com uma boa avaliação perante a sociedade.

“Desgaste na imagem é natural em um governo. Temos um ano e seis meses e isso é natural. E se formos comparar com outros estados, que estão nas mesmas condições, o Governo Pedro Taques ainda está bem avaliado. O momento é de crise não só em Mato Grosso, é no Brasil”, afirmou.

GERAÇÃO DE EMPREGO

Bezerra tenta **reduzir intervenção do poder público** nas empresas



O vereador propôs aos demais colegas a aprovação de um novo texto, que atualmente limita o horário de funcionamento das empresas

>> **Marcos Figueiró**
Assessoria de Imprensa

Wellington Bezerra (PMB) apresentou um projeto com o objetivo de reduzir a intenção do poder público na vida das empresas da cidade de Tangará da Serra. O vereador propôs aos demais colegas a aprovação de um novo texto para o artigo 171-A do Código de Posturas da cidade, que atualmente limita o horário de funcionamento das empresas. De acordo com a mudança, os estabelecimentos industriais, de comércio e serviços do Município teriam horário de

funcionamento livre, desde que respeitassem a legislação trabalhista.

“Vivemos em pleno intervencionismo, em que o poder público permite o empreendedorismo, mas, por ordens autoritárias, especialmente proibições, restringe as ações dos empreendedores. É preciso que se dê a oportunidade para que os empresários encontrem alternativas criativas para aumentar o número de atendimentos, para vender mais, para lançar campanhas. Isso vai movimentar essas empresas e consequentemente a cidade, gerando empregos e renda”, explica o vereador

Wellington Bezerra.

A mudança, na avaliação do vereador, poderia ser instrumento para que empresários dos ramos de comércio e serviços busquem alternativas – com horário diferenciado de funcionamento, inclusive aos finais de semana – para o enfrentamento da crise econômica que atualmente assola o país. A alteração na lei preservaria, no entanto, as garantias trabalhistas, já que os comerciantes não poderiam exigir de seus trabalhadores mais horas do que aquelas permitidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Segundo Bezerra, é preciso que o poder público deixe de decidir o horário de funcionamento das empresas. “Não faz sentido, se há toda uma regulamentação que garante aos trabalhadores que eles não vão ter jornada excessiva, e a fiscalização é forte, não há razão para impedir o proprietário de abrir no horário que melhor convenha a sua empresa. Pela liberdade de iniciativa, pela geração de renda e de empregos, temos que libertar os empresários dessa intromissão do poder público nas empresas privadas”, justifica o vereador tangaraense.